

B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO

Companhia Aberta
CNPJ nº 09.346.601/0001-25 - NIRE 35.300.351.452

B3SA
B3 LISTED NM

IBOVESPA B3

IBRX100 B3

IBRX50 B3

IGCB3

ITAG B3

MLCX B3

IFNC B3

IBRA B3

ICO2 B3

IGCT B3

IDIV B3

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Senhores(as) Acionistas,
A B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" ou "Companhia") submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no ano de 2021.

DESTAQUES DO ANO

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade dos efeitos da pandemia da Covid-19 na sociedade e nos mercados financeiros e de capitais globais, que refletiram, entre outros fatores, as políticas de recuperação econômica adotadas ao redor do mundo. No Brasil, o avanço da vacinação, e consequente redução das restrições de mobilidade, trouxe melhores perspectivas para a recuperação da economia. Apesar disso, ao longo do exercício aumentaram as preocupações do mercado com a rápida escalada da inflação e das taxas de juros.
Para os mercados atendidos pela B3, o cenário de volatilidade se traduz em maior atividade. Apoiados pelas nossas plataformas, estáveis e seguras, nossos clientes transacionaram volumes maiores em 2021. O volume financeiro médio diário (ADTV) negociado no mercado de ações à vista cresceu 14% em relação a 2020 e totalizou R\$32,2 bilhões e o número médio de contratos negociados diariamente (ADV) no mercado de derivativos variáveis foi de 4,6 milhões, 7% maior que o de 2020. A atividade de captação de renda variável também foi pujante em 2021, com 46 IPOs e 26 follow-ons durante o ano (totalizando R\$130,5 bilhões). A depósitos da B3 encerrou o ano com 5,0 milhões de contas de pessoas físicas, um aumento de 54% em relação ao final de 2020.
O bom desempenho da B3 em 2021 concluiu com sucesso o ciclo de execução do planejamento estratégico quadrienal desenhado em 2018, após a fusão da BM&FBOVESPA e Cetip. Durante esse período, estvamos focados em fortalecer nosso core business, estruturalmente relacionado com nossos clientes, ampliando a gama de serviços e produtos oferecidos, preparando a estrutura de estabilidade e eficiência operacional. Crescemos em nossas principais linhas de negócio, como demonstrado, por exemplo, pelo crescimento médio anual (CAGR) robusto: no volume médio diário negociados de ações (42% a.a.), de contratos de derivativos listados (45% a.a.) e no volume total registrado de instrumentos de captação bancária (15% a.a.). A receita líquida da Companhia apresentou crescimento médio anual de 27% de 2018 a 2021.

Em 2021, com o fim desse primeiro ciclo, revisamos de forma extensiva nossa estratégia para os próximos anos. O resultado desse trabalho apontou que a maturidade alcançada pela B3 nos permite, não apenas continuar fortalecendo nosso core business, mas também e com igual ênfase, buscar expandir nossa atuação. Na prática, isso representa ter uma core business mais ampla, sempre apoiado pelos nossos pilares de excelência operacional, proximidade com clientes e atenção à potenciais disrupções tecnológicas, regulatórias e de mercado, e paralelamente, atuar em novos segmentos escolhidos pela B3 nas adjacências do core business, com foco em estruturas práticas dedicadas.
Para a seleção dos negócios nos quais atuaremos além do core business, conduzimos uma análise profunda sobre maturidade de mercado, diferenças competitivas e presença no nosso ecossistema que nos levou a, inicialmente, selecionar três diferentes frentes: (i) reformulação da Unidade de Infraestrutura de Financiamento, com o objetivo de priorizar o crescimento da atuação em dados e analytics, bem como de crédito e varejo e para serviços de know-your-customer (KYC), compliance e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD), atendendo tanto clientes físicos quanto de outros mercados;
Para garantir o sucesso dessa estratégia, a B3 conta com cinco vializadores de desenvolvimento, que norteiam a condução dos negócios da Companhia e que são igualmente importantes para o crescimento do core business e dos novos negócios. O primeiro vializador é "foco no cliente", que busca proximidade e entendimento das necessidades dos clientes e captura das demandas por trás das estruturas de relacionamento e atendimento. Em 2021, alguns avanços importantes foram realizados nesse sentido, em que podemos destacar: (i) novo modelo de relacionamento específico para *franchises* de crédito e startups; (ii) expansão dos escritórios internacionais e (iii) aproximação com o investidor pessoa física, por meio da nova área logada (antigo CEE) e novo *hub* educacional. O foco no cliente também é refletido na preparação e execução do nosso *roadmap* de produtos e serviços, sempre desenvolvido em parceria com o mercado. Em 2021, podemos destacar as entregas de uma nova tarificação no mercado de renda variável (com maior compartilhamento do alavancagem operacional com o mercado), ETFs de opções, novo modelo de opções, casado de dólar futuro de longo prazo (Brasil e o do B3) e do B3, nova plataforma para atender com maior dinamismo, flexibilidade e agilidade clientes do segmento de balcão. A quantidade e qualidade dessas entregas só foi possível em virtude do nosso segundo vializador, "Agilidade e Inovação", representado pela implementação da metodologia *Agil* de desenvolvimento de projetos na B3 e pela iniciativa "Simplicia B3", que analisa, desburocratiza e recria a rotina de projetos críticos para o mercado, melhorando a experiência dos clientes, internos e externos.
O terceiro vializador é "talento", que prioriza atrair, estimular e reter talentos alinhados com os valores B3 (Proximidade e satisfação do cliente; Solidez e credibilidade operacional; Atitude correta para hoje, amanhã e sempre; Ambiente para pessoas se desenvolverem; e Abertura e Colaboração). Em 2021, os esforços da B3 foram reconhecidos pela nossa equipe, que nos considerou como uma das melhores empresas para trabalhar segundo a metodologia da *Great Place to Work* (GPTW). É importante ressaltar também o papel que sustentabilidade tem em nossa cultura, em que trabalhamos as seguintes frentes: (i) exercer as melhores práticas de sustentabilidade para induzir boas práticas no mercado, e (ii) fortalecer o portfólio de soluções para o mercado.

Já o quarto vializador é essencial ao núcleo de infraestrutura de mercado e prioridade para a B3: excelência operacional. Em 2021, nossos investimentos em tecnologia, pessoas e processos nos levaram novamente a atingir níveis elevadíssimos de disponibilidade de sistemas de negociação (99,980%), isso se deu num ambiente de crescente volume de negócios, que passaram de 3,9 milhões em 2020 para mais de 5,2 milhões em 2021. Entre os aspectos fundamentais de nossa excelência operacional, podemos destacar: (i) a evolução constante em segurança operacional, em que estamos aderentes aos melhores frameworks e participamos de discussões sobre o tema com outras bolsas.
Por fim, temos os avanços em fusões e aquisições e parcerias estratégicas como ferramentas importantes na execução de nossa estratégia. Nessa linha, podemos destacar, além da aquisição do Newway mencionada anteriormente, dois movimentos realizados pela B3 em 2021. A B3 investiu R\$ 800 milhões para vializar a criação da Dimensa, empresa líder na oferta de softwares para empresas do segmento financeiro, sociedade que tem o capital da B3 recebendo a cotação (spin-off) de uma divisão de negócios da TOTVS, que controla a Dimensa, tendo a B3 uma posição minoritária de grande influência. A Dimensa agenda nossa presença em áreas adjacentes ao nosso core business com alto potencial de crescimento e fortalece a relação da B3 com nossos clientes. Adicionalmente, passamos a oferecer serviços de consultoria em tecnologia para nossos clientes, o que representa um *payroll* de R\$ 10 milhões em 2021. Entre os aspectos fundamentais de nossa excelência operacional, podemos destacar: (i) o desenvolvimento de novos produtos e serviços para nossos mercados;
Em relação ao desempenho financeiro de 2021, a receita líquida consolidada apresentou alta de 10,3%, com crescimento de receita em todos os nossos segmentos de negócio. A alavancagem operacional da Companhia alinhada à disciplina de despesas contribuiu com o crescimento de 14,0% do nosso EBITDA recorrente, que atingiu R\$ 7,3 bilhões, com margem de 80,2%. As distribuições de dividendos para o ano totalizaram R\$5,0 bilhões (incluindo dividendos, JCP e recorrentes de ações), o que representa um *payoff* de 27,2% do lucro líquido consolidado do período. Buscando uma estrutura de capital adequada e com alta liquidez, encerramos 2021 com endividamento bruto de R\$14,3 bilhões, representando alavancagem financeira de 2,05 vezes Dívida Bruta sobre EBITDA recorrente. Durante o ano, realizamos duas captações importantes: (i) emissão de R\$3,0 bilhões de debêntures no mercado local e (ii) emissão de títulos de dívida internacionais no valor de USD700 milhões. A transação no mercado internacional se destaca por ser a primeira do tipo de sustentabilidade em R\$5 bilhões em 2021. Entre os aspectos fundamentais de nossa excelência operacional, podemos destacar: (i) a criação de um índice de diversidade até dez/24, e (ii) elevação do percentual de mulheres em cargos de liderança na B3 para no mínimo 35,0% até dez/26.

O ano de 2022 se inicia com muitas incertezas no cenário político e econômico global, com o conflito no leste europeu. O foco da B3 está em executar a estratégia desenhada para os próximos anos, que envolve fortalecer nosso core business e expandir nosso portfólio de negócios, com o objetivo de sermos cada vez mais indispensáveis para nossos clientes no mercado financeiro e até além dele. Sustentados por nossos pilares, valores e, principalmente, nossas pessoas, continuamos trabalhando focados em oferecer aos clientes e reguladores soluções que excedam as suas expectativas e, assim, posicionando a B3 como a infraestrutura escolhida pelo mercado.

DESEMPENHO OPERACIONAL

As comparações neste documento são em relação ao ano de 2020.

LISTADO

Ações e instrumentos de renda variável

	2021	2020	2021/2020 (%)	
Ações à vista				
ADTV (R\$ milhões)	33.221,1	29.112,7	14,1%	
Margem (bps)	3.652	3.888	-0,33% bps	
Capacitação de mercado média (R\$ bilhões)	5.211,2	4.167,4	25,0%	
Giro de mercado	Anualizado (%)	157,5%	173,9%	-1,64% bps
Opções sobre ações e índices				
ADTV (R\$ milhões)	795,0	703,8	13,0%	
Margem (bps)	12.577	11.527	1,050 bps	
ADTV (R\$ milhões)	361,3	212,2	70,2%	
Margem (bps)	9.744	12.999	-3,255 bps	
Termo de ações				
ADTV (milhares de contratos)	3.971,3	2.538,9	56,4%	
RPC média (R\$)	0.902	1.001	-9,9%	
Número de investidores (CPF's Individuais)	Média (milhares)	3.255,8	2.249,5	44,7%
Número de investidores (Contas)	Média (milhares)	3.903,7	2.690,8	45,1%
Emprestimo de títulos	Pos. em aberto média (R\$ bilhões)	105,1	74,0	42,1%

Nota: ADTV (*Average Daily Traded Volume*) significa volume financeiro médio diário negociado; ADV (*Average Daily Volume*) significa volume médio diário; RPC (*Revenue per Contract*) significa receita por contrato; e bps (*basis point*) significa pontos base; giro de mercado é o resultado de ações negociadas em média por dia em 2021. Entre os aspectos fundamentais de nossa excelência operacional, podemos destacar: (i) o desenvolvimento de novos produtos e serviços para nossos mercados;
Em relação ao desempenho financeiro de 2021, a receita líquida consolidada apresentou alta de 10,3%, com crescimento de receita em todos os nossos segmentos de negócio. A alavancagem operacional da Companhia alinhada à disciplina de despesas contribuiu com o crescimento de 14,0% do nosso EBITDA recorrente, que atingiu R\$ 7,3 bilhões, com margem de 80,2%. As distribuições de dividendos para o ano totalizaram R\$5,0 bilhões (incluindo dividendos, JCP e recorrentes de ações), o que representa um *payoff* de 27,2% do lucro líquido consolidado do período. Buscando uma estrutura de capital adequada e com alta liquidez, encerramos 2021 com endividamento bruto de R\$14,3 bilhões, representando alavancagem financeira de 2,05 vezes Dívida Bruta sobre EBITDA recorrente. Durante o ano, realizamos duas captações importantes: (i) emissão de R\$3,0 bilhões de debêntures no mercado local e (ii) emissão de títulos de dívida internacionais no valor de USD700 milhões. A transação no mercado internacional se destaca por ser a primeira do tipo de sustentabilidade em R\$5 bilhões em 2021. Entre os aspectos fundamentais de nossa excelência operacional, podemos destacar: (i) a criação de um índice de diversidade até dez/24, e (ii) elevação do percentual de mulheres em cargos de liderança na B3 para no mínimo 35,0% até dez/26.

A margem de negociações no mercado à vista de ações foi de 3,552 bps. A queda de 0,335 bps é explicada, principalmente, (i) pela nova estrutura de tarifas para o mercado à vista, que entrou em vigor desde fev/21, que substitui o modelo de desconto progressivo em função do ADTV global por preços mais baixos para todos os investidores e aumentou os descontos para *day traders*; e (ii) pela entrada em vigor, em jun/21, do programa de incentivo para grandes *no day traders*, iniciativa que oferece tableta diferenciada de desconto nas tarifas para clientes que se encaixam em níveis específicos de volume de negociação mensal. Já a RPC média dos contratos futuros de índice de ações foi de R\$0,902, queda de 9,9%, principalmente devido ao aumento nos volumes.

Margem do mercado de ações (bps)

Nota: A margem em bps considera as tarifas das duas pontas da operação (compra + venda).

Observação: O valor médio de mercado médio de ações global, que reflete a busca dos investidores individuais por diversificação de ativos. Por fim, o volume de posições em aberto para empréstimo de títulos cresceu 42,1 a.o., influenciado pela valorização dos ativos no mercado de ações.

	2021	2020	2021/2020 (%)	
Juros, moedas e mercadorias				
Taxas de juros em R\$	ADV (milhares de contratos)	3.263,2	3.058,1	6,7%
RPC média (R\$)	0.931	0.891	4,4%	
Taxas de juros em US\$	ADV (milhares de contratos)	290,5	288,9	0,7%
RPC média (R\$)	2.702	2.291	17,9%	
Taxas de câmbio	ADV (milhares de contratos)	1.047,4	953,9	9,0%
RPC média (R\$)	5.417	5.207	4,8%	
Commodities	ADV (milhares de contratos)	218	141	54,8%
RPC média (R\$)	1.994	2.187	-8,9%	
Geral	ADV total (milhares de contratos)	4.622,9	4.314,6	7,1%
RPC média (R\$)	2.064	1.943	6,2%	

O volume médio diário negociado totalizou 4,6 milhões de contratos, crescimento de 7,1%, com aumento dos volumes negociados em todos os tipos de contratos. A receita por contrato (RPC) média apresentou crescimento de 6,2% no período, influenciada, principalmente, (i) pela aplicação de 4,5% do USD frente ao R\$ nos fechamentos mensais, o que trouxe um impacto positivo na RPC dos contratos de Taxas de câmbio e Taxas de juros em USD, já que estes contratos são atrelados à moeda americana e (ii) pelo aumento de contratos futuros mais longos de Taxas de Juros em R\$, que tem uma RPC maior.

BALCÃO

Instrumentos de Renda Fixa

	2021	2020	2021/2020 (%)
Emissões			
Captação bancária (total em R\$ bilhões)	12.810,9	12.195,9	5,0%
Outras (total em R\$ bilhões)	716,7	704,8	1,7%
Captação bancária (média em R\$ bilhões)	2.201,3	1.927,1	14,2%
Dívida corporativa (média em R\$ bilhões)	734,4	689,6	6,5%
Estoque (média em R\$ bilhões)	848,7	714,5	18,8%
Número de investidores (média em milhares)	1.596,6	1.305,6	22,3%
Tesouro Direto			
Estoque (média em R\$ bilhões)	69,5	66,3	4,7%

Nota: "Captação bancária" inclui DI, CDBs, Letras Financeiras e outros instrumentos como RDB, LC, DPGE.
"Outras" inclui instrumentos de mercado imobiliário (LCI, CCI, CRI e LFI), do agronegócio (CRA, LCA e CDCA) e captação de crédito bancário em geral.
Os volumes de emissões e o estoque de instrumentos de captação bancária registrados no período cresceram 5,0% e 14,2%, respectivamente, em função principalmente (i) do crescimento de emissões de CDBs, que representaram 75,4% das novas emissões de captação bancária durante 2021 e (ii) das consecutivas altas na taxa básica de juros, que contribuíram com o aumento no volume de negociação em estoque. Já o estoque médio de instrumentos de dívida corporativa aumentou 6,5%, com as operações de *leasing* representando 21,3% do estoque médio de dívida corporativa em 2021.
Outro destaque do mercado de renda fixa foi o contínuo crescimento do Tesouro Direto (TD), cujo número de investidores e o estoque em aberto apresentaram altas de 22,3% e 4,7%, respectivamente. A B3 oferece programa de incentivo para as corretoras expandirem a base de investidores nesse produto, o qual é revisado anualmente. Em 2021, visando adequar seu funcionamento para diferentes portes de clientes, divulgamos novo programa com dois modelos de incentivo distintos em função do *salário* da corretora no TD reconhecido como despesa atrelada ao faturamento.

Em fev/21 entrou em vigor o modelo intermediário da nova política de preços dos produtos do mercado à vista de renda variável, conforme anunciado em dez/20. As principais mudanças previstas nesse modelo intermediário foram a) substituição do modelo de desconto baseado no ADTV global por preços mais baixos para todos os investidores e aumento dos descontos para *day traders*; e b) revisão da tabela de custódia para o investidor local, com isenção de tarifas para contas com valor de até R\$20 mil reais, além da eliminação da tarifa mensal de manutenção. Maiores informações disponíveis no Fato Relevante de 10/12/2020.
2 Maiores informações no Ofício Circular 04/2021-PRE
3 Contas com saldo do TD em estoque inferior a R\$4 bilhões entram no Modelo 1, cujo incentivo é 5% em valor variável em função do aumento da base de investidores (R\$200 por contrato). Corretoras com saldo do TD em estoque superior a R\$4 bilhões entram no Modelo II, cujo incentivo é calculado como um percentual do saldo em estoque, cujo valor é variável em função do crescimento da base de investidores e pode chegar a até 0,25% na maior faixa de atrelamento.

Derivativos

	2021	2020	2021/2020 (%)
Emissões (total em R\$ bilhões)	10.903,4	12.989,1	-16,1%
Estoque (média em R\$ bilhões)	5.060,5	4.038,4	25,3%

Os registros no mercado de instrumentos derivativos de balcão e operações estruturadas apresentaram queda de 16,1%, com destaque para queda da emissão de contratos de *swap* e outros derivativos, principalmente por conta da alta base de comparação em 2020, período influenciado pela volatilidade advinda do início da pandemia no Brasil, no qual houve um alto número de antecipações de contratos de *swap* e termo (emissões contabilizam registros novos e antecipações). Na mesma comparação, o estoque médio apresentou crescimento de 25,3%, impulsionado pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

Infraestrutura para financiamento

	2021	2020	2021/2020 (%)
SNG			
# de veículos vendidos (milhares)	18.632,4	15.919,8	17,0%
# de veículos financiados (milhares)	5.904,4	5.529,2	6,8%
% Veículos financiados / veículos vendidos	31,7%	34,7%	-3,0 pp
Sistema de Contratos			
Transações (milhares)	2.987,3	3.186,8	-6,3%
% Transações / veículos financiados	50,6%	57,6%	-7,0 pp

Em 2021, o número de veículos vendidos cresceu 17,0% no Brasil, reflexo da recuperação do mercado após os impactos causados pela pandemia em 2020. O número de inclusões no Sistema Nacional de Gravames (SNG) aumentou 6,8%, apesar do menor penetração de crédito devido a um cenário macroeconômico menos favorável para financiamentos. Contudo, apesar do menor observado em relação a 2020, continuamos abaixo do nível pré-pandemia observado em 2019.
No Sistema de Contratos, o número de transações caiu 6,3% no ano. Vale notar que, visando nos adequar à resolução 807 do Contran, em fev/21 substituímos o Integrar+ pelo SEND - Sistema de Envio de Dados, novo produto que altera nosso modelo de preços e de disponibilização de dados de contratos.

TECNOLOGIA, DADOS E SERVIÇOS

	2021	2020	2021/2020 (%)
Utilização			
Quantidade média de clientes	16.154	14.124	14,4%
CI/P			
Quantidade de TEDs processadas (milhares)	893.452	1.331.734	-32,9%

A quantidade média de clientes do serviço de utilização mensal dos sistemas do segmento Balcão aumentou 14,4%, resultado, principalmente, do crescimento da indústria de fundos no Brasil. A quantidade de TEDs processadas diminuiu 32,9%, devido à expansão da utilização do PIX durante o ano.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Recorta

Recorta bruta: R\$10.288,1 milhões, alta de 10,3%, com crescimento das receitas de todos nossos segmentos.

- Recorta bruta:** R\$10.288,1 milhões (69,0% do total), crescimento de 10,3%.
- Ações e instrumentos de renda variável:** R\$4.753,7 milhões (46,2% do total), alta de 9,9%.
 - Negociação e pós-negociação:** R\$4.206,7 milhões (40,9% do total), alta de 10,4%, reflexo do crescimento dos volumes negociados nos mercados à vista de ações e de contratos futuros de índices de ações.
 - Depositação de renda variável:** R\$150,9 milhões (1,5% do total), queda de 19,0% no período, resultado explicado principalmente pela nova política de tarificação no mercado de renda variável, que entrou em vigor em fev/21 e alterou a tarifa mensal de manutenção de conta em custódia para residentes, com isenção para contas com saldo até R\$ 20 mil.
 - Empréstimo de ações:** R\$238,3 milhões (2,3% do total), alta de 23,8%, em decorrência do aumento de 42,1% no volume financeiro médio das posições em aberto.
 - Listagem e soluções para emissores:** R\$157,8 milhões (1,5% do total), crescimento de 16,1%, principalmente por conta do maior número de ofertas públicas, que somaram R\$130,5 bilhões (46 IPOs e 26 follow-ons) no ano em comparação com R\$117,7 bilhões (28 IPO e 25 follow-ons) em 2020.
- Juros, moedas e mercadorias:** R\$2.344,0 milhões (22,8% do total), alta de 10,8%, principalmente devido: (i) aos maiores volumes negociados em todos os contratos, (ii) à apreciação do USD frente ao R\$ nos fechamentos mensais, e (iii) ao aumento de contratos futuros mais longos de Taxas de Juros em R\$, que por sua vez tem uma RPC maior.

- Balcão:** R\$1.142,7 milhões (11,1% do total), aumento de 9,1%.
 - Instrumentos de renda fixa:** R\$700,1 milhões (6,8% do total), aumento de 10,3%, principalmente devido ao (i) crescimento de emissões e estoque de instrumentos de captação bancária, em particular CDBs, (ii) maior estoque de dívida corporativa, e (iii) aumento na receita do Tesouro Direto, que em 2021 foi de R\$162,7 milhões (os incentivos ao mercado ligados a este produto somaram R\$71,1 milhões no ano e são classificados como despesa atrelada ao faturamento), enquanto em 2020 a receita havia sido de R\$158,6 milhões e (os incentivos de R\$50,9 milhões).
 - Derivativos e operações estruturadas:** R\$269,4 milhões (2,6% do total), alta de 6,7%, em razão do maior volume financeiro médio no estoque de derivativos e operações estruturadas, impulsionado pela desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.
 - Outros:** R\$173,3 milhões (1,7% do total), alta de 8,5%, refletindo o aumento no registro e estoque de cotas de fundos.

Infraestrutura para financiamento: R\$476,5 milhões (4,6% do total), alta de 12,1%, em razão: (i) da recuperação do segmento de veículos após os impactos da pandemia de Covid-19 no país, (ii) da correção anual dos preços pela inflação (IFCA), e (iii) do crescimento de vendas nas linhas de financiamento imobiliário.

- Tecnologia, dados e serviços:** R\$1.387,0 milhões (13,5% do total), alta de 22,3%.
- Tecnologia e acesso:** R\$857,4 milhões (8,3% do total), alta de 15,6%, com destaque para o crescimento da linha de utilização mensal, impulsionada (i) pelo aumento na base de clientes que acessam as plataformas de Balcão e (ii) pela correção anual dos preços pela inflação (IFCA).
- Dados e analytics:** R\$300,6 milhões (2,9% do total), aumento de 26,5% explicado, principalmente, pelo crescimento nas receitas de *Market Data*, impactadas pelo maior número de acessos aos dados fornecidos pela B3 em tempo real e pela desvalorização do real frente ao dólar.
- Banco B3:** R\$89,2 milhões (0,9% do total), aumento de 72,0%, explicado principalmente pelo maior volume de BDRs no período, que são custodiados pelo Banco B3.
- Outros:** R\$139,7 milhões (1,4% do total), aumento de 35,4%, com destaque para o crescimento na receita com *leilões*.

- Recorta líquida:** alta de 10,9%, atingindo R\$9.248,2 milhões.
- Despesas**
 - As despesas somaram R\$2.927,8 milhões, aumento de 8,3%.
 - Pessoal e encargos:** R\$1.000,5 milhões, aumento de 17,3%, explicado principalmente (i) pela correção anual (dissídio) do valor dos salários, (ii) pelo reconhecimento de despesas com rescisão contratual, concessão de ações e gratificações decorrentes da reestruturação da Companhia e (iii) por novos contratos.
 - Processamento de dados:** R\$355,4 milhões, aumento de 34,4%, devido (i) à intensificação de projetos para melhoria de serviços, lançamento de novos produtos e aumento de capacidade, e (ii) efeitos de inflação e câmbio.
 - Depreciação e amortização:** R\$1.057,1 milhões, aumento de 1,5%.
 - Atreladas ao faturamento:** R\$257,7 milhões, alta de 34,4%, principalmente devido (i) ao aumento do programa de incentivo ao Tesouro Direto, (ii) maiores despesas com operações do Portal de Documentos, com o aumento no volume de transações em financiamento imobiliário, e (iii) maior número de IPOs no período.
 - Serviços de terceiros:** somaram R\$75,7 milhões, queda de 3,6%, devido a menores gastos com consultorias e projetos, apesar dos maiores gastos com a execução de transações de M&A no período.
 - Diversas:** totalizaram R\$105,0 milhões, queda de 48,0%, principalmente devido a menores gastos (i) relativos a constituições e realocações de competências judiciais, e (ii) com doações.
- Resultado antes da tributação:** R\$1.346 milhões, aumento de 14,6%, reflexo, principalmente, do crescimento de despesas com processamento de dados e pessoal, conforme explicado anteriormente.

(Em R\$ milhões)	2021	2020	2021/2020 (%)
Despesas	(2.927,6)	(2.702,1)	8,3%
(+) Depreciação e Amortização	1.057,2	1.043,1	1,5%
(+) Programa de incentivo de longo prazo baseado em ações	146,5	156,5	-6,4%
(+) Despesas (recorrentes e não recorrentes)	42,6	138,0	-69,1%
(+) Despesas atreladas ao faturamento	257,7	191,8	34,4%
(+) Baixa de projetos	17,2	-	-
(+) Despesas extraordinárias M&A	12,3	-	-
(+) Despesas extraordinárias rescisão contratual	48,4	-	-
Despesas ajustadas	(1.345,7)	(1.174,6)	14,6%

Resultado Financeiro
O resultado financeiro ficou positivo em R\$195,3 milhões em 2021. As receitas financeiras atingiram R\$294,9 milhões, aumento de 147,9%, explicado (i) pelo aumento na taxa de juros, e (ii) pelo aumento da caixa advindo das emissões de dívidas feitas no mercado nacional e internacional (debênture de R\$3,0 bil e *bond* de USD700 mil) em mai/21 e set/21 respectivamente. As despesas financeiras, por sua vez, somaram R\$88,4 milhões, aumento de 126,4%, explicado principalmente pelo aumento do endividamento da Companhia após as emissões citadas anteriormente.
Despesas Ajustadas: R\$1.346 milhões, aumento de 14,6%, reflexo, principalmente, do crescimento de despesas com processamento de dados e

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	B3		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante		19.675.516	15.791.971	21.080.155	17.086.412
Disponibilidades	4(a)	2.363.517	1.304.718	2.560.516	1.438.420
Aplicações financeiras	4(b)	15.472.034	12.882.150	16.573.301	14.003.987
Instrumentos financeiros derivativos	4(c)	3.553	64.900	3.553	64.900
Contas a receber	5	397.974	403.225	436.258	412.116
Títulos a compensar e recuperar	16(d)	1.285.464	994.777	1.334.559	1.010.296
Despesas antecipadas		129.046	118.157	133.380	120.295
Outros créditos		24.924	24.044	38.588	36.398
Ativos não circulantes disponíveis para venda		14.878	14.878	14.878	14.878
Ativos não circulantes		33.734.966	31.173.377	31.436.736	29.231.493
Realizável a longo prazo		3.089.781	2.484.973	3.251.443	2.690.449
Aplicações financeiras	4(b)	2.815.257	2.203.418	2.962.268	2.408.519
Instrumentos financeiros derivativos		-	210	-	210
Depósitos judiciais	11(g)	248.831	266.787	263.325	267.158
Despesas antecipadas		-	-	25.855	14.292
Investimentos		4.998.502	2.324.846	651.036	48.070
Participações em controladas e coligadas	6(b)	4.998.502	2.324.846	629.509	25.025
Propriedades para investimento	6(c)	-	-	21.527	23.045
Imobilizado		877.040	790.925	803.897	808.894
Intangível	7	24.769.533	25.572.833	26.830.420	25.684.080

Passivo e patrimônio líquido	Notas	B3		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante		11.506.221	8.680.928	12.958.893	9.676.085
Garantias recebidas em operações	21(a)	6.357.430	5.695.723	6.357.430	5.695.723
Proventos e direitos sobre títulos em custódia	21(a)	97.357	75.597	97.357	75.597
Fornecedores	202(a)	202.865	212.501	218.438	220.528
Obrigações salariais e encargos sociais	21(b)	394.536	423.108	428.735	437.310
Impostos e contribuições a receber	21(b)	1.133.081	746.025	1.163.676	763.386
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	9	2.659.720	94.629	3.204.429	79.401
Instrumentos financeiros derivativos	4(c)	69.831	9.298	69.831	9.298
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		270.862	1.101.477	270.862	1.101.477
Reservas a apropriar		64.413	58.390	64.413	58.390
Outras obrigações	10	298.131	263.740	1.078.122	1.236.535
Não circulante		19.510.119	13.789.347	17.153.406	12.133.274
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos	9	13.330.051	8.638.035	10.994.211	6.980.365
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16(a)	5.152.965	4.533.575	5.110.484	4.529.334
Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outras	11(e)	1.133.081	746.025	1.163.676	763.386
Instrumentos financeiros derivativos	4(c)	43.675	-	43.675	-
Receitas a apropriar		64.653	60.258	64.653	60.258
Outras obrigações	10	483.516	26.738	484.051	27.453
Patrimônio líquido		22.407.905	24.509.951	22.413.701	24.521.424
Capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora					
Capital social		12.548.655	12.548.655	12.548.655	12.548.655
Reserva de capital		8.341.257	9.097.646	8.341.257	9.097.646
Reservas de reavaliação		16.673	17.259	16.673	17.259
Reservas de lucros		1.737.922	1.698.038	1.737.922	1.698.038
Acções em tesouraria		(801.729)	(916.632)	(801.729)	(916.632)
Outros resultados abrangentes		(224.168)	78.773	(224.168)	78.773
Dividendos adicionais propostos		789.295	1.988.212	789.295	1.988.212
		22.407.905	24.509.951	22.407.905	24.509.951
Participação dos acionistas não-controladores					
Total do passivo e patrimônio líquido		33.426.250	46.980.226	52.531.769	46.332.783

Total do ativo **53.426.250** **46.980.226** **52.531.769** **46.332.783**

Total do passivo e patrimônio líquido **33.426.250** **46.980.226** **52.531.769** **46.332.783**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	B3		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita líquida	17	9.005.982	8.227.102	9.248.244	8.382.575
Despesas e receitas		(2.754.541)	(2.579.487)	(2.927.557)	(2.702.146)
Administrativas e gerais		-	-	-	-
Pessoal e encargos		(935.116)	(789.773)	(1.000.487)	(852.825)
Processamento de dados		(340.001)	(251.256)	(358.449)	(266.675)
Depreciação e amortização	6(c), 7 e 8	(1.036.085)	(1.026.547)	(1.057.150)	(1.041.301)
Atrelada ao faturamento		(204.817)	(175.933)	(257.699)	(191.789)
Serviços de terceiros		(68.756)	(73.965)	(75.730)	(78.558)
Manutenção em geral		(18.957)	(19.163)	(22.879)	(23.011)
Promoção e divulgação		(21.613)	(20.996)	(23.472)	(21.819)
Impostos e taxas		(9.409)	(9.101)	(13.018)	(11.073)
Honorários do conselho e comitês		(13.596)	(12.998)	(13.684)	(13.102)
Despesas diversas	18	(106.191)	(199.755)	(104.989)	(201.993)
Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	8	4.114	(80.385)	4.114	(80.385)
Resultado de equivalência patrimonial	6(b)	244.773	476.157	4.411	2.365
Resultado financeiro	19	(18.192)	(655.012)	195.347	(86.559)
Receitas financeiras		901.440	360.422	924.922	373.112
Despesas financeiras		(738.596)	(367.627)	(684.920)	(302.485)
Variações cambiais, líquidas		(181.036)	(647.807)	(44.655)	(157.186)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		6.473.908	5.488.375	6.516.331	5.515.850
Imposto de renda e contribuição social	16(c)	(1.756.811)	(1.336.071)	(1.799.242)	(1.365.135)
Corrente		(958.638)	(696.646)	(1.009.518)	(633.851)
Diferido		(798.173)	(739.425)	(789.724)	(731.284)
Lucro líquido dos exercícios		4.717.097	4.152.304	4.717.097	4.150.715
Atribuído aos:					
Acionistas da B3		4.717.097	4.152.304	4.717.097	4.152.304
Acionistas não-controladores	12(g)	-	-	(8)	(1.589)
Lucro por ação atribuído aos acionistas da B3 (expresso em R\$ por ação)					
Lucro básico por ação		-	-	0,775562	0,677539
Lucro diluído por ação		-	-	0,773845	0,675694

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	B3		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Lucro líquido dos exercícios		4.717.097	4.152.304	4.717.099	4.150.715
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		(258.230)	11.366	(258.230)	11.366
Variação cambial sobre investimento em controlada no exterior		-	-	4.658	11.461
Efeito dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa, líquido de impostos		(172.941)	1.240	(172.941)	1.240
Valor dos instrumentos de hedges de fluxo de caixa		(203.465)	66.437	(203.465)	66.437
Transferência de instrumento do hedge para o resultado		30.524	(65.197)	30.524	(65.197)
Efeito dos instrumentos de hedge de investimento líquido no exterior, líquido de impostos		(1.729)	-	(1.729)	-
Valor dos instrumentos de hedge		(1.729)	-	(1.729)	-
Marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquido de impostos		(88.447)	(980)	(88.218)	(1.335)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros		(88.447)	(980)	(88.218)	(1.335)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de controladas		4.887	11.106	-	-
Ajustes de conversão de controladas		4.887	11.106	-	-
Reservas de lucros		(8.006)	51.296	(8.006)	51.296
Outros resultados abrangentes não reclassificáveis para o resultado em períodos subsequentes, líquido de impostos		(44.711)	24.511	(44.711)	24.511
Resultado com instrumentos patrimoniais		(44.711)	24.511	(44.711)	24.511
Efeito dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa		18.392	(66.116)	18.392	(66.116)
Marcação a mercado de instrumentos patrimoniais		(15.858)	47.847	(15.858)	47.847
Variação cambial de instrumentos patrimoniais		(39.439)	(8.516)	(39.439)	(8.516)
Transferência do resultado na venda de instrumentos patrimoniais, líquido de hedge e impostos, para lucros acumulados		(302.941)	35.877	(302.941)	35.877
Total do resultado abrangente dos exercícios		4.414.156	4.188.181	4.414.148	4.186.592
Atribuído aos:					
Acionistas da B3		4.414.156	4.188.181	4.414.148	4.186.592
Acionistas não-controladores		-	-	(8)	(1.589)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 (Em milhares de Reais)

	Notas	B3		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
1 - Receitas		10.158.074	9.292.367	10.435.032	9.463.674
Sistema de registro, negociação, compensação e liquidação	17	8.558.188	7.817.781	8.716.906	7.914.113
Tecnologia, dados e serviços	17	1.280.021	1.063.355	1.387.034	1.134.242
Reversão de provisão	17	184.036	277.283	184.184	279.058
Reversão/(adição) de perdas estimadas com créditos	5	(2.282)	(6.265)	(2.341)	(6.382)
Receitas relativas à construção de ativos para uso		138.111	140.213	149.249	142.661
2 - Bens e serviços adquiridos de terceiros		851.727	904.342	937.456	947.002
Processamento de dados		340.001	251.256	358.449	266.675
Atrelada ao faturamento		204.817	175.933	257.699	191.789
Serviços de terceiros		68.756	73.965	75.730	78.558
Manutenção em geral		18.957	19.163	22.879	23.011
Promoção e divulgação		21.613	20.996	23.472	21.819
Despesas diversas		103.909	193.490	102.648	195.611
Serviços de terceiros e outros utilizados na construção de ativos para uso		89.560	89.154	92.465	89.154
Redução ao valor recuperável de ativos		4.114	80.385	4.114	80.385
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		9.306.347	8.388.025	9.497.576	8.516.672
4 - Retenções		1.036.085	1.026.547	1.057.150	1.041.301
Depreciação e amortização	6(c), 7 e 8	1.036.085	1.026.547	1.057.150	1.041.301
5 - Valor adicionado líquido produzido pela sociedade (3-4)		8.270.262	7.361.478	8.440.426	7.475.371
6 - Valor adicionado recebido em transferência		1.146.213	636.579	929.333	375.477
Resultado de equivalência patrimonial	6(b)	244.773	476.157	4.411	2.365
Receitas financeiras	19	901.440	360.422	924.922	373.112
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		9.416.475	8.198.057	9.369.759	7.850.848
8 - Distribuição do valor adicionado		9.416.475	8.198.057	9.369.759	7.850.848
Pessoal e encargos		935.116	789.773	1.000.487	852.825
Pessoal e encargos utilizados na construção de ativos para uso		48.551	51.059	56.784	53.507
Honorários do conselho e comitês		13.596	12.998	13.684	13.102
Federais		2.619.621	2.124.870	2.680.355	2.164.285
Municipais		162.862	151.619	171.785	156.743
Despesas financeiras e variações cambiais líquidas	19	919.632	915.434	729.575	459.671
Juros sobre o capital próprio e dividendos	12(f)	3.927.802	3.3		

CONTINUAÇÃO

financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da B3. **Demonstração do valor adicionado:** Embora não seja exigido a divulgação da demonstração do valor adicionado (DNA) pelo IFRS, a legislação societária brasileira exige que as companhias abertas divulguem como parte integrante do conjunto de demonstrações financeiras. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Para uma melhor compreensão na leitura das demonstrações financeiras, as principais práticas contábeis estão descritas nas respectivas notas explicativas, exceto as práticas abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. **Práticas contábeis aplicadas:** As demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela B3 e a forma como tal riqueza foi distribuída.

Administrador	B3		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos exclusivos incluídos no processo de consolidação				
Atuadora RF FI	545.290	-	-	-
BB Pau Brasil FI LP	4.095.935	-	-	-
BB DTVM S.A.	2.145.039	895.674	-	-
BB DTVM S.A.	301.478	-	-	-
Caixa Econômica Federal	1.976.800	1.386.983	-	-
Itaú Unibanco S.A.	880.277	508.975	-	-
Itaú Unibanco S.A.	9.744.819	2.791.632	-	-

Administrador	B3		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundos não exclusivos				
Atuadora RF FI	1.159.484	-	1.187.061	-
Brasão Expresses FIC FI Federal	-	-	-	145
Brasão Expresses FIC FI Federal	-	-	-	45
Brasão Expresses FIC FI Federal	2.164.112	6.008.492	2.209.929	6.057.362
Caixa Econômica Federal	-	-	432	-
Banco B3 S.A.	712.699	685.077	712.699	685.077
Banco Santander S.A.	1.434.383	1.494.917	1.470.712	1.539.928
Banco Santander S.A.	4.786.978	9.347.970	4.869.557	9.469.463
Banco Santander S.A.	14.531.797	12.139.602	4.869.557	9.469.463

Descrição	Instrumento	Valor de referência	Juros médios/Valor de referência - RS	Balanço		Ganho/(Perda) no período	
				Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Classificação do hedge	Objeto de hedge	(em milhares)	RS	Ativo	Passivo	Resultado	Patrimônio líquido
Fluxo de caixa	Swaps	BRL 147.451	CDI + 0,53% a.a. (passivo)	Jan/2022	(67.342)	(24.888)	(542)
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	BRL 31.000.000	B3SA3 + proventos (ativo)	31/12/21	-	434	320
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	BRL 31.000.000	B3SA3 + proventos (ativo)	08/06/22	1.732	-	-
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	BRL 31.000.000	B3SA3 + proventos (ativo)	25/03/22	1.821	-	1.107
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	BRL 163.225	CDI + 3,90% a.a. (ativo)	Jan/2022 a Dez/2030	(12.589)	-	10.553
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	BRL 1.552.230	CDI + 1,17% a.a. (ativo)	Maio/2024	(13.662)	-	(88)
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	BRL 1.447.700	CDI + 1,39% a.a. (ativo)	Mai/2025 a Maio/2026	(17.294)	-	(36)
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	USD 700.000	CDI + 1,39% a.a. (ativo)	Set/2021	-	(5.411)	114.253
Fluxo de caixa	Caixa em moeda estrangeira	USD 10.000	CDI + 1,39% a.a. (ativo)	20/01/22	(2.619)	-	(1.729)
					3.553 (113.506)	434 (29.979)	124.140 (92.863)
					3.553 (69.831)		(43.675)

Circulante

Não circulante

No exercício, os hedge não apresentaram elementos significativos de ineficiência. (1) Em janeiro de 2021, a B3 contratou uma nova operação de hedge, visando neutralizar os impactos da variação do preço das ações B3SA3 no pagamento de encargos trabalhistas incidentes sobre os planos de incentivo de longo prazo. (2) Em janeiro de 2021, a B3 contratou um novo hedge, designando parte de seu caixa em moeda estrangeira para cobertura dos impactos de variação cambial de alguns compromissos firmes assumidos em moedas estrangeiras (hedge de fluxo de caixa). Os fluxos de caixa, objeto de cobertura, referem-se a pagamentos que ocorrerão até 31 de dezembro de 2021, independentemente de prazos dos contratos excederem esse data, e a parcela do instrumento de hedge dos casos que não foram pagos até essa data, foram baixados no exercício. (3) Em dezembro de 2021, foram contratados termos de moedas *Non-Deliverable Forward* (NDF) para proteção da variação cambial dos investimentos nas ações da Bolsa de Comércio de Santiago e da Bolsa de Valores de Colômbia. As proteções correspondem, na data base, a mais de 20% dos investimentos. (4) Em dezembro de 2021, foi contratado *swap* para a proteção da variação do IPCA da série IPCA da 4ª emissão de debênturas da B3. (5) Em junho de 2021, foi contratado *swap* para a proteção da variação do CDI da 1ª e 2ª série da 5ª emissão de debênturas da B3. (6) Em setembro de 2021, a B3 constituiu um novo hedge, designando a dívida emitida no exterior (*Unsecured Note*) para cobertura dos impactos de variação cambial de parte das receitas futuras indexadas em moeda estrangeira dos títulos públicos federais incluídos no portfólio de investimentos. (7) Em julho de 2021, foram contratados termos de moedas *Non-Deliverable Forward* (NDF) para a proteção da variação cambial do investimento na controlada B3 Nova. A proteção corresponde, na data base, a aproximadamente 80% do investimento. Os instrumentos financeiros derivativos foram contratados junto a instituições financeiras com baixo risco de crédito e tem finalidade operacional, logística, de mercado, de liquidez, de crédito, de imagem e socioambientais. O Comitê de Riscos e Financeiro acompanha e avalia os riscos de mercado, de liquidez, de crédito e sistêmico dos mercados administrados pela B3, com enfoque estratégico e estrutural. **Análise de sensibilidade:** O quadro a seguir demonstra a exposição líquida consolidada de todos os instrumentos financeiros (ativos e passivos) por fator de risco de mercado.

Fator de Risco	Risco	2021		2020		Impacto
		Percentual	Valor	Percentual	Valor	
Juros Pós-Fixado	Queda da Selic	58,47%	16.520.818	65,18%	14.280.186	-
Juros Pós-Fixado	Alta do CDI	33,66%	9.509.903	29,02%	6.355.504	-
Juros Pré-Fixado	Queda da Selic	3,52%	9.869	0,81%	17.435	-
Juros Pré-Fixado	Alta do Trés	3,00%	847.240	1,99%	436.590	-
Outros	Outros	1,31%	371.715	3,00%	665.139	-

Fator de Risco	Risco	2021		2020		Impacto
		Percentual	Valor	Percentual	Valor	
CDI	Queda da Selic	-50%	(119.915)	-25%	(178.230)	+50%
Taxa CDI	Alta do CDI	5,14%	7.711	10,28%	12.856	-15,42%
Taxa Selic	Queda da Selic	2,91%	303.083	3,04%	400.489	-466,20%
Pré	Alta do Trés	3,14%	26.340	21,07%	15.804	10.536
Taxa Pré	Queda da Selic	5,52%	8.271	11,03%	13.779	16,55%
Cupon de IPCA	Queda da Selic	19,11%	15.925	12,74%	9.555	6,370
Outros	Outros	2,58%	3.871	5,18%	7.474	-1.517

Fator de Risco	Risco	2021		2020		Impacto
		Percentual	Valor	Percentual	Valor	
Dólar americano (USD)	Queda do Dólar	-50%	(29.841)	-25%	(14.280)	+50%
Yen (JPY)	Queda do Yen	2,84%	3.617	1,25%	1.628	32,40%
Peso chileno (CLP)	Queda do Peso	(3,27)	(1.617)	3,77	1.691	3,345
Taxa Câmbio CLP/BRL	Queda do Dólar	0,0033	0,0050	0,0066	0,0083	0,0099
WDFs (1)	Queda do Dólar	(2,224)	(1.102)	(2,224)	(1.102)	0,0000
NDPs (2)	Queda do Dólar	3,102	1.753.691	3,102	1.753.691	0,0000
Debitos	Queda do Dólar	(5,66)	(2.862,82)	(4,719)	(2.407,92)	240,473
Empréstimo em dólares	Queda do Dólar	127,600	1.296,825	127,600	1.296,825	0,0000
Empréstimo em reais	Queda do Dólar	(5,66)	(2.862,82)	(4,719)	(2.407,92)	240,473
Empréstimo FINPEP	Queda do Dólar	6,357	430	2,157	1.406	2,893

5 CONTAS A RECEBER

Prática contábil: Os recebíveis da B3 compreendem, substancialmente, contas a receber de clientes. São registrados inicialmente pelo valor da transação e posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. As perdas são estimadas através da utilização de uma matriz de provisão baseada em dias de atraso e segmentada por clientes e serviços que apresentam padrões semelhantes de perdas. A matriz de provisão é revisada e atualizada de acordo com a experiência histórica e expectativa de perdas da carteira de recebíveis da B3. O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

Descrição	B3		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Emolumentos	54.271	64.123	54.271	64.123
Taxas de depósito e custódia	146.835	165.481	146.835	165.481
Vencimentos de Sinal	86.739	67.879	86.739	67.879
Gestão de Banco de dados	29.753	37.857	29.753	37.857
Processamento de dados	45.805	37.269	45.805	37.269
Outras contas a receber	412.050	415.019	463.275	424.112
Subtotal	719.003	793.162	719.003	793.162
Provisão estimadas em contas a receber	(397.974)	(402.225)	(436.258)	(412.116)
Total	321.029	390.937	282.745	381.046

5 CONTAS A RECEBER

Prática contábil: Os recebíveis da B3 compreendem, substancialmente, contas a receber de clientes. São registrados inicialmente pelo valor da transação e posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. As perdas são estimadas através da utilização de uma matriz de provisão baseada em dias de atraso e segmentada por clientes e serviços que apresentam padrões semelhantes de perdas. A matriz de provisão é revisada e atualizada de acordo com a experiência histórica e expectativa de perdas da carteira de recebíveis da B3. O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

Descrição	B3		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Emolumentos	54.271	64.123	54.271	64.123
Taxas de depósito e custódia	146.835	165.481	146.835	165.481
Vencimentos de Sinal	86.739	67.879	86.739	67.879
Gestão de Banco de dados	29.753	37.857	29.753	37.857
Processamento de dados	45.805	37.269	45.805	37.269
Outras contas a receber	412.050	415.019	463.275	424.112
Subtotal	719.003	793.162	719.003	793.162
Provisão estimadas em contas a receber	(397.974)	(402.225)	(436.258)	(412.116)
Total	321.029	390.937	282.745	381.046

5 CONTAS A RECEBER

Prática contábil: Os recebíveis da B3 compreendem, substancialmente, contas a receber de clientes. São registrados inicialmente pelo valor da transação e posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. As perdas são estimadas através da utilização de uma matriz de provisão baseada em dias de atraso e segmentada por clientes e serviços que apresentam padrões semelhantes de perdas. A matriz de provisão é revisada e atualizada de acordo com a experiência histórica e expectativa de perdas da carteira de recebíveis da B3. O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

5 CONTAS A RECEBER

Prática contábil: Os recebíveis da B3 compreendem, substancialmente, contas a receber de clientes. São registrados inicialmente pelo valor da transação e posteriormente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. As perdas são estimadas através da utilização de uma matriz de provisão baseada em dias de atraso e segmentada por clientes e serviços que apresentam padrões semelhantes de perdas. A matriz de provisão é revisada e atualizada de acordo com a experiência histórica e expectativa de perdas da carteira de recebíveis da B3. O saldo de contas a receber está composto da seguinte forma:

derivativo, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Os passivos financeiros não derivativos são classificados ao custo amortizado, exceto quando essa classificação não resultar em uma intimação mais adequada. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o exercício são reconhecidos no resultado, com exceção da parcela eficaz do hedge de fluxo de caixa, que é reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item objeto de hedge afetar o mesmo. Em relação a contabilidade de hedge, a B3, no início da operação de hedge elabora documentação formal da operação contendo: (i) objetivo do hedge, (ii) tipo de hedge, (iii) estratégia de gerenciamento do risco, (iv) natureza do risco a ser coberto, (v) identificação do objeto de cobertura (hedged item), (vi) identificação do instrumento de cobertura (hedging instrument), e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade. Qualquer desequilíbrio entre o índice de hedge do objeto e do instrumento de hedge que não esteja em conformidade com o objetivo do hedge da B3, é ajustado de forma que o índice volte a ficar dentro dos padrões estabelecidos na estratégia de proteção. Atualmente, a B3 possui estruturas de proteção classificadas como hedge de fluxo de caixa e qualquer ganho ou perda do instrumento de hedge relacionado com a parcela eficaz é reconhecido no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários. Com isso, as variações cambiais dos instrumentos de hedge, anteriormente reconhecidas no resultado financeiro antes de sua designação como instrumento de hedge, passam a ser acumuladas no patrimônio líquido e transitam ao resultado no mesmo período e grupo contábil do reconhecimento da operação objeto de hedge. Quando a operação protegida pelo hedge resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro, os ganhos e as perdas reconhecidas no patrimônio líquido são transferidos e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Quando não efetiva do hedge é imediatamente reconhecida no resultado do exercício. O método de apuração do valor justo, utilizado pela B3, consiste em determinar o valor futuro com base nas condições das operações contratadas, e em seguida o valor presente com base nas curvas de mercado vigentes, divulgadas pela B3. A análise de efetividade do hedge é realizada através da metodologia dólar oferecido para o teste de efetividade prospectivo, que considera a razão a valor justo ao valor presente. A razão a valor justo é calculada com base nos ganhos ou perdas acumuladas no instrumento de hedge para o período de risco protegido. A abordagem utilizada para as análises consiste no método *benchmark rate approach*. **Hierarquia de valor justo:** Os ativos e os passivos financeiros mensurados ao valor justo da B3 são avaliados por preços cotados (não observados) em mercado ativo (Nível 1), exceto pelas parcelas de pagamento futuro relacionadas à aquisição de controladas (Nota 10) onde o valor justo é calculado utilizando técnicas de avaliação (nesse caso, modelo de Montecarlo) e dados não observados (Nível 3). Os valores a receber e contratos de fornecedores são apurados em seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos e o valor justo das transações com partes relacionadas correspondem ao valor contábil. **Investimento em subsidiária no exterior (CETIP Lux)**

Ativo	B3		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Investimento em controlada no exterior	2.018.453	1.835.534	-	-
Passivo				
Investimento entre companhias e empréstimo contraído pela subsidiária	(2.636.818)	(2.455.555)	(838.575)	(779.619)
Posição cambial líquida	(618.365)	(620.021)	(838.575)	(779.619)

Coligadas: Coligada é a companhia sobre a qual a B3 possui influência de exercer influência significativa. O julgamento da B3 quanto ao nível de influência sobre os investimentos leva em consideração fatores chave, tais como percentual de participação, representação no Conselho de Administração, participação nas definições de políticas e negócios e transações materiais entre as companhias. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento na B3 em coligadas inclui o acordo de compartilhamento de custos, líquido de qualquer redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) acumuladas, se houver. **Combinação de negócios e goodwill:** A B3 contabiliza suas combinações de negócios utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição. Os custos diretos atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. A B3 avalia as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ativo é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos. Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença será reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ativo é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do período de teste de validade do teste de validade do ativo. O ganho líquido de uma aquisição é reconhecido em cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação. **Combinação de negócios - Newway:** Em 23 de dezembro de 2021, a B3 concluiu a operação

CONTINUAÇÃO

Participação		Ativo		Passivo		Capital social		Patrimônio líquido		Mais-vela em ação de negócios		Resultados	
Controlladas/coligadas	Atções/cotas	%	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido	Recultas	Resultado ajustado	Recultas	Resultado ajustado	Recultas	Resultado ajustado	
Controlladas	24.000	100,00	1.133.337	1.020.459	60.000	112.878	-	51.949	16.906	51.949	16.906	51.949	
Banco B3	98.95	93,740	5,7	75,795	5,294	14	-	5,294	14	5,294	14	5,294	
UK Ltd.	1.000	100,00	4.416	391	862	4.025	-	3.741	954	3.741	954	3.741	
B3 Inova	1	100,00	53.268	-	49.188	53.268	-	-	2.236	-	2.236	-	
Usa Chicago	1	100,00	2.526	106	2.786	2.420	-	-	185	-	185	-	
CEI Inova	100,00	100,00	66.911	5.622	29.154	91.089	-	-	57.355	-	57.355	-	
ETIP Lux	85.000	100,00	2.616.955	780.921	190	1.835.534	-	-	441.733	-	441.733	-	
BLK	39.403.650	100,00	22.866	6.519	29.404	16.347	120	10.307	(10.307)	120	10.307	(10.307)	
Portal de Documentos	200.000	100,00	44.372	23.206	29.000	21.166	81.623	55.382	(11.419)	81.623	55.382	(11.419)	
CEI	10.000	100,00	959	471	548	488	4.425	1.134	(419)	4.425	1.134	(419)	

Equivalência		Resultado		Reconhecimento		Aquisição		Saldo em	
Controlladas	Equivalência	Resultado	Reconhecimento	Aquisição	Saldo em	Controlladas	Equivalência	Resultado	Reconhecimento
RTM	2.020.000	20,00	103,981	22,902	10,100	81,079	8,809	123,076	18,815

Movimentação	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2021
Controlladas	100.316	16.906	(355)
Banco B3	76.427	12	(3.989)
UK Ltd.	2.23	954	834
B3 Inova	25.080	2.236	10.807
Usa Chicago	-	(185)	(180)
CEI Inova	99.120	32.781	-
ETIP Lux	1.393.801	441.733	(40.812)
BLK	14.355	(8.807)	12
Portal de Documentos	96.326	(11.419)	-
CEI	1.807.842	473.792	11.118

7 IMOBILIZADO
Prática contábil. Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzida da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o prazo de vida útil econômica estimada dos bens e o seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado, no fim de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, quando incorridos. A despesa de depreciação é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. A depreciação de ativos imobilizados utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de um ativo intangível.

Movimentação	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	293.567	20.707	243.956	47.741	33.176	679.880
Adições	4.502	9.529	102.977	29.485	5.504	212.420
Direito de uso	4.648	(353)	(3.345)	(4.755)	(35)	(4.648)
Transferências	38.629	103	3.665	649	(43.046)	-
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(2.438)	(3)	-	(2.443)
Depreciação	(16.549)	(5.880)	(56.579)	(8.877)	(7.207)	(95.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	324.797	24.104	284.571	67.256	32.087	709.925

Movimentação	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	293.567	20.707	243.956	47.741	33.176	679.880
Adições	4.502	9.529	102.977	29.485	5.504	212.420
Direito de uso	4.648	(353)	(3.345)	(4.755)	(35)	(4.648)
Transferências	38.629	103	3.665	649	(43.046)	-
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(2.438)	(3)	-	(2.443)
Depreciação	(16.549)	(5.880)	(56.579)	(8.877)	(7.207)	(95.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	324.797	24.104	284.571	67.256	32.087	709.925

Movimentação	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	293.567	20.707	243.956	47.741	33.176	679.880
Adições	4.502	9.529	102.977	29.485	5.504	212.420
Direito de uso	4.648	(353)	(3.345)	(4.755)	(35)	(4.648)
Transferências	38.629	103	3.665	649	(43.046)	-
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(2.438)	(3)	-	(2.443)
Depreciação	(16.549)	(5.880)	(56.579)	(8.877)	(7.207)	(95.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	324.797	24.104	284.571	67.256	32.087	709.925

Movimentação	Edifícios	Móveis e utensílios	Aparelhos e equipamentos de computação	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	293.567	20.707	243.956	47.741	33.176	679.880
Adições	4.502	9.529	102.977	29.485	5.504	212.420
Direito de uso	4.648	(353)	(3.345)	(4.755)	(35)	(4.648)
Transferências	38.629	103	3.665	649	(43.046)	-
Recapitalização de depreciação	-	(2)	(2.438)	(3)	-	(2.443)
Depreciação	(16.549)	(5.880)	(56.579)	(8.877)	(7.207)	(95.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	324.797	24.104	284.571	67.256	32.087	709.925

8 INTANGÍVEL
Prática contábil - Agio: O agio (goodwill) registrado como ativo intangível é decorrente de aquisições realizadas pela B3 e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre o agio não são revertidas. **Relações contratuais:** As relações contratuais, adquiridas em uma contratação de negócios pelo valor justo no dia da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual. **Softwares e projetos:** Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os custos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela B3 e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. A despesa de amortização é reconhecida no resultado a menos que seja incluída no valor contábil de outro ativo. Nesses casos, a amortização de ativos intangíveis utilizados para atividades de desenvolvimento é incluída como parte do custo de outro ativo intangível. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	238.799	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	-	(67.723)	-	-	(67.723)
Amortização	-	(839.891)	(64.264)	(9.872)	(931.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	238.799	2.529.547	166.020	14.808	15.572.633

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	238.799	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137.458	(5.596)	69.436	(5.611)	-
Transferências	(126.282)	87.045	39.237	-	-
Impairment	(9.251)	(73.963)	-	-	(83.214)
Outros	(37)	(843.922)	(68.370)	(12.218)	(943.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	223.839	2.190.855	95.881	4.936	14.279.533

Movimentação	Internamente desenvolvidos	Softwares gerados internamente - Projetos concluídos	Relações contratuais	Marcas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	223.839	3.625.765	121.937	24.880	17.428.268.106
Adições	137				

CONTINUAÇÃO

limite de 7.500.000.000 de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. **B. Ações em tesouraria - Prática contábil:** Quando ocorrer recompra de ações da B3, em contra contraprestação paga e quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquidos dos efeitos tributários, são registradas em valor de custo real do patrimônio líquido e classificadas como ações em tesouraria. Quando ocorrer a emissão de ações ordinárias, alienadas ou transferidas aos beneficiários dos Planos de Ações e Opções de Ações, o valor da contraprestação recebida é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e eventual ganho ou perda resultante da transação é registrado como reserva de capital. **Programa de recompra de ações:** Em reunião realizada em 5 de março de 2020, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Ações da B3, com início em 6 de março de 2020 e término em 28 de fevereiro de 2021. O limite de ações que poderia ser adquirido pela B3 era de 65.100.000 ações ordinárias, das quais 10.022 que representavam 1,07% do total de ações em circulação. A B3 adquiriu 49.841.400 ações no período entre 6 de março de 2020 e 1º de fevereiro de 2021, o que representa 76,6% do total previsto no Programa de Recompra de Ações, sendo 40.557.300 ações em 2020 e 9.284.100 ações em 2021. Em reunião realizada em 4 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações da B3, com início em 5 de março de 2021 e término em 28 de fevereiro de 2022. O limite de ações que poderia ser adquirido pela B3 era de 82.800.000 ações ordinárias, que representam 1,36% do total de ações em circulação. Até 31 de dezembro de 2021, a B3 adquiriu 30.635.300 ações, o que representa 37,0% do total previsto no Programa de Recompra de Ações aprovado em março de 2021. A B3 recomprou ações entre 31 de janeiro e 25 de fevereiro de 2022 (Nota 22). Em reunião realizada em 9 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração aprovou um novo Programa de Recompra de Ações da B3, com início em 14 de dezembro de 2021 e término em 28 de fevereiro de 2022. O limite de ações que poderá ser adquirido pela B3 é de 250.000.000 ações ordinárias, que representam 4,12% do total de ações em circulação. As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações poderão ser canceladas ou utilizadas para atender à transferência de ações aos beneficiários do Plano de Ações. A seguir demonstramos a movimentação das ações em tesouraria no exercício.

	Quantidade	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2019	39.119.619	196.619
Aquisição de ações - Programa de Recompra	47.157.300	798.185
Ações alienadas - Plano de Ações	(11.398.435)	(78.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.888.484	916.562
Aquisição de ações - Programa de Recompra	30.635.300	527.660
Cancelamento de ações (Nota 12(a))	(51.415.470)	(702.355)
Ações alienadas - Plano de Ações	(10.453.781)	(141.729)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	52.938.633	801.991

total recebido das ações em tesouraria (R\$ por ação)

Valor em mercado das ações de 2020: 589.736

C. Reservas de reavaliação: Constituídas em decorrência das reavaliações de obras de arte da B3 e dos imóveis da controlada BVJF em 2007, com base em laudos de avaliação firmados por peritos avaliadores independentes. **d. Reserva de Capital:** Refere-se, substancialmente, aos valores originados quando da incorporação das ações da Bovespa Holding e do CETIP em 2008, bem como a exatidão dos valores permitidos pela Lei das Sociedades Anônimas. **e. Reserva legal:** formada por tais como (i) incorporação ao capital social; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; e (iii) eventos associados ao plano de opção de ações e plano de ações. **e. Reservas de Lucros - (i) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A reserva legal não está sendo constituída em função de seu valor somado ao valor das reservas de capital ultrarreserva 30% do capital social. **(ii) Reservas estatutárias:** As reservas estatutárias possuem a finalidade de compor fundos e mecanismos de salvaguarda necessários para o adequado desenvolvimento das atividades da B3, assegurando a boa liquidação e o ressarcimento de prejuízos decorrentes da intermediação de operações realizadas em seus negócios e/ou registradas em quaisquer de seus sistemas de negociação, registro, compensação e liquidação e nos serviços de custódia. Confronto com a legislação estatutária, o Conselho de Administração poderá, caso considere o montante das reservas estatutárias suficiente para o atendimento de suas finalidades, proibir que parte dos valores integrantes da referida reserva seja revertida para a distribuição aos acionistas da B3. **f. Dividendos e juros sobre o capital próprio - Prática contábil:** A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da B3 é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras nas datas de aprovação das ações, com base no balanço patrimonial da B3. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária. Os dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados referentes ao resultado do exercício estão demonstrados no quadro a seguir.

Provento	deliberação	pagamento	ação (R\$)	bruto	líquido	Efeito do IR/CS
JCP	19/03/2021	06/04/2021	0,038105	232.500	(79.505)	-
JCP	24/06/2021	07/07/2021	0,046107	280.000	(95.200)	-
Dividendos	24/06/2021	07/07/2021	0,168222	1.023.230	(336.200)	-
JCP	23/09/2021	07/10/2021	0,044213	268.500	(91.290)	-
JCP	23/09/2021	07/10/2021	0,150397	913.336	-	-
JCP	09/12/2021	07/01/2022	0,049777	302.300	(102.782)	-
Dividendos	09/12/2021	30/12/2021	0,149452	907.628	(297.828)	-
JCP referente ao período de 2021				9.827.802	(368.322)	
JCP	05/03/2020	07/04/2020	0,143375	293.000	(99.620)	-
JCP	25/06/2020	07/08/2020	0,146798	300.000	(102.000)	-
JCP	21/09/2020	07/10/2020	0,147871	302.000	(102.680)	-
Dividendos	21/09/2020	07/10/2020	0,648743	1.324.940	-	-
Dividendos	10/12/2020	08/01/2021	0,146822	298.865	(101.614)	-
Dividendos	10/12/2020	08/01/2021	0,410478	834.985	-	-
Dividendos	04/03/2021	07/05/2021	0,393134	798.514	-	-
Dividendos extraordinários	04/03/2021	07/05/2021	0,585726	1.189.698	-	-
JCP referente ao período de 2020				5.342.002	(405.914)	

L. Lucro por ação - Prática contábil: Para fins de divulgação do lucro por ação, o lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído à B3, disponível aos acionistas pela quantidade média de ações em aberto durante o período; já o lucro por ação diluído é calculado de maneira similar ao lucro por ação básico, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir ações adicionais em circulação caso as ações com potencial de diluição, atribuíveis a opções de compra de ações, tivessem sido emitidas durante os períodos em questão.

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido disponível para os acionistas da B3	4.717.097	4.152.304
Ações em circulação	6.082.163.402	6.128.512.996
Lucro por ação básico (em R\$)	0,775562	0,677539
Denominador		
Lucro líquido disponível para os acionistas da B3	4.717.097	4.152.304
Ações em circulação ajustadas para efeitos dos planos de ações	6.095.659.772	6.145.241.902
Lucro por ação diluído (em R\$)	0,773845	0,675694

13 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações e saldos com partes relacionadas: A B3 possui política de transações com partes relacionadas e demais situações de potencial conflito de interesses (Política), aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer critérios para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da B3 e de seus acionistas, em observância às regras e à legislação pertinentes em vigor. Na negociação e na celebração de transações com partes relacionadas, são observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela B3 com partes independentes. A B3 busca assegurar, por meio dos procedimentos estabelecidos na Política, que todas as decisões que possam conter um benefício privado a qualquer pessoa com influência relevante, membros próximos de sua família, parentes ou pessoas com as quais ele/ela relacionam-se com total lisura, respeitando o interesse da B3. Toda transação entre partes relacionadas ou em que tenha sido identificado potencial conflito de interesses envolvendo pessoa com influência relevante só é formalizada observando os seguintes critérios: (a) bases das transações em Condições de Mercado; (b) descrição dos termos da transação em conformidade com a Norma de Contas, se aplicável. Os saldos e as principais transações recorrentes com partes relacionadas estão descritos a seguir.

Descrição	Ativo / passivo	Data	Bruto por ação	líquido	Receita / (despesa)	2021	2020
Básico							
Numerador							
Lucro líquido disponível para os acionistas da B3			4.717.097			2021	2020
Ações em circulação			6.082.163.402	6.128.512.996			
Lucro por ação básico (em R\$)			0,775562	0,677539			
Denominador							
Lucro líquido disponível para os acionistas da B3			4.717.097	4.152.304			
Ações em circulação ajustadas para efeitos dos planos de ações			6.095.659.772	6.145.241.902			
Lucro por ação diluído (em R\$)			0,773845	0,675694			

14 GARANTIA DAS OPERAÇÕES

Prática contábil: Mensuradas ao custo amortizado, as garantias são valores recebidos dos participantes do contrato como garantia contra a inadimplência ou insolvência e não estão sujeitas a juros ou quaisquer outros encargos. Montantes recebidos em dinheiro são registrados como um passivo e demais garantias, que não em dinheiro, possuem contrato segregado e não são registradas contabilmente, porém são divulgadas nas notas explicativas. A B3, atuando como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos, de câmbio e de renda variável, administra duas câmaras de compensação e liquidação consideradas sistemicamente importantes pelo Banco Central do Brasil: as câmaras B3 e de Câmbio. As atividades desenvolvidas pelas câmaras são comparadas pela Lei 12.124/2011, que autoriza a compensação multilateral de obrigações, determina o papel de contraparte central das câmaras sistemicamente importantes e permite a utilização das garantias prestadas por participantes inadimplentes para a liquidação de suas obrigações no âmbito das câmaras, inclusive no âmbito de liquidação civil, concursal, falência e liquidação extrajudicial. Permite também o uso de suas câmaras, a B3 atua como contraparte central garantidora dos mercados de derivativos (futures, termo, opções e swaps), de câmbio (diar pontual), e de renda variável (operações a vista, termo, opções, futuros e empréstimo de títulos). Ao exercer o papel de clearing, a B3 torna-se responsável pela liquidação das operações realizadas e/ou registradas em seus sistemas, na forma dos regulamentos em vigor. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação, caso um participante não realize os pagamentos devidados ou a entrega dos ativos ou das mercadorias devidas, caberá à B3 acionar seus mecanismos de salvaguardas, de forma a assegurar a boa liquidação das operações registradas, no prazo e na forma previstos. Em caso de falha ou insuficiência dos mecanismos de salvaguardas das câmaras, a B3 pode ter de recorrer a seu próprio patrimônio como último recurso capaz de assegurar a boa liquidação das operações registradas em seus sistemas. A atuação da B3 como contraparte ao risco de crédito dos participantes que utilizam seus sistemas de liquidação



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas **B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3 ou a “Companhia”), identificadas como “B3” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à B3 e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos a opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. 1. **Ambiente de tecnologia:** A B3 opera em um ambiente de tecnologia complexo, com vários sistemas em operação e um alto volume de transações. Devido ao fato de as operações da B3 serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, consideramos o ambiente de tecnologia como um assunto significativo de auditoria. *Como nossa auditoria tratou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia (ITGC) implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para a auditoria. A avaliação dos ITGC incluiu procedimentos de auditoria para avaliar os controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos lógicos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da B3. Também analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Nós processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem do ambiente de tecnologia, para, em bases amostrais, efetuarmos testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles. Adicionalmente, avaliamos se as diretrizes do plano de continuidade de negócios seguem padrões de mercado e se os incidentes reportados ao longo do ano foram encaminhados ao Comitê de Continuidade de Negócios. Envolvermos nossos profissionais de tecnologia na execução desses procedimentos. Nossos procedimentos efetuados no desenho e operação dos ITGC, bem como dos controles automatizados e dos controles dependentes do ambiente de tecnologia, considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para planejar-mos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos de auditoria, sendo os resultados obtidos considerados apropriados para a formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas como um todo. 2. **Papel de contraparte central garantidora do mercado:** A B3 é uma bolsa multiativos e multimercado verticalmente integrada, modelo em que um único agente é responsável por todas as fases do processo de negociação e pós-negociação do mercado. Sendo assim, a Companhia atua como central depositária de ativos, câmara de compensação e liquidação e contraparte central. Em seu papel de contraparte central garantidora, a B3 se torna, para fins de liquidação, compradora de todos os vendedores e vendedora para todos os compradores. Isso requer que a B3 estabeleça mecanismos para estimar e cobrir total ou parcialmente eventuais perdas relacionadas à falha de liquidação de um ou mais participantes e mantenha investimentos financeiros em ativos de alta liquidez e com baixa exposição aos riscos de mercado e de crédito. Em 31 de dezembro de 2021, a B3 possuiu R\$ 501.701.866 mil em garantias depositadas pelos participantes, conforme descrito na nota explicativa 14, as demonstrações financeiras. Consideramos essa área como um principal assunto de auditoria por conta dos montantes envolvidos e seu papel como Infraestrutura do Mercado Financeiro (IMF). *Como nossa auditoria tratou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento das atividades das câmaras, com foco nos processos de Modelagem de Risco, Risco de Contraparte Central e Administração de Colaterais. Nestes processos, avaliamos os aspectos de estrutura organizacional e governança, definição de estratégia e limites, políticas e metodologias de medição. Nós também identificamos e avaliamos o desenho e eficácia

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Informações iniciais: O Comitê de Auditoria da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (doravante também referida como B3) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração. É composto por uma conselheira independente e mais três membros, todos independentes, sendo um deles o Especialista Financeiro do Comitê. Os membros são nomeados a cada dois anos pelo Conselho de Administração, que leva em consideração os critérios constantes da legislação e da regulamentação aplicáveis e as melhores práticas internacionais. **Atribuições responsabilidades:** A Administração da B3 é a responsável pela definição e implementação de processos e procedimentos para a coleta de dados necessários ao preparo das demonstrações financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil e dos normativos pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários. A Administração é, também, responsável pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou a redução, a níveis adequados, dos fatores de risco da Companhia. A Diretoria Colegiada é responsável por supervisionar, entre outras atividades, os ambientes de controles internos, *compliance* e riscos corporativos da Companhia. Adicionalmente, tem como responsabilidade prover informações que subsidiem a atuação do Comitê de Auditoria e do Comitê de Riscos e Financeiro da B3. A Auditoria Interna tem como atribuições aferir a qualidade dos sistemas de controles internos da B3 e o cumprimento das políticas e dos procedimentos definidos pela Administração, inclusive aqueles adotados na elaboração dos relatórios financeiros. A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras com vistas a emitir parecer sobre sua aderência às normas aplicáveis. Como resultado de seus trabalhos, a auditoria independente emite relatório de recomendações sobre procedimentos contábeis e controles internos, bem como outros relatórios, como os das revisões especiais trimestrais. As funções e responsabilidades do Comitê de Auditoria estão descritas em seu Regimento Interno, que contempla os deveres definidos na Instrução CVM 509/11. A versão mais recente deste documento foi aprovada pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2019 e está disponível para consulta em https://s3.amazonaws.com/mz-filermanager/5fd7b7d8-54a1-472d-8426-eb896ad8a3c4/3d958676-c6b1-4502-9e03-9e65579fd70f-coaud%20-%20regimento%20interno_31.07.2020.pdf. O Comitê de Auditoria baseia seu julgamento e forma suas opiniões considerando as informações recebidas da Administração sobre sistemas de informação, demonstrações financeiras e controles internos, e os resultados dos trabalhos da Diretoria Executiva de Governança e Gestão Integrada, dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. **Atividades do Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria reuniu-se entre 25 de março de 2021 e 17 de fevereiro de 2022 em doze sessões, nas quais foram realizadas 58 reuniões com os membros da diretoria, auditores internos e independentes e outros interlocutores. O Coordenador apresenta um sumário das pautas e as principais conclusões do Comitê nas reuniões do Conselho de Administração imediatamente posteriores às do Comitê. **Reuniões com a Diretoria:** O Comitê reuniu-se com o Presidente (incluindo uma reunião reservada), Vice-

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício aprovados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício em reuniões com a administração, auditores externos e Comitê de Auditoria e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., e tendo apreciado o estudo de Realização do Ativo Fiscal Diferido registrado nas demonstrações financeiras, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. São Paulo, 17 de março de 2022. **Maurício de Souza** - Coordenador; **Angela Aparecida Seixas**; **André Coji**; **Gilberto Lourenço da Aparecida**; **Maria Elena Cardoso Figueira**; **Maria Paula Soares Aranha**.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Carlos Quintella Presidente (Conselheiro Independente Não Vinculado)	Claudia Farkouh Prado Conselheira Independente Não Vinculada
Florian Bartunek Vice-presidente (Conselheiro Independente Não Vinculado)	Cristina Anne Betts Conselheira Independente Não Vinculada
Alberto Monteiro de Queiroz Netto Conselheiro Independente	Eduardo Mazzilli de Vassimon Conselheiro Independente Não Vinculado
Ana Carla Abrão Costa (*) Conselheira Independente Não Vinculada	Guilherme Affonso Ferreira Conselheiro Independente Não Vinculado

(*) Em 21 de dezembro de 2021, foi acolhido o pedido da Sra. Ana Carla Abrão Costa de ausência temporária dos cargos de Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração, estendendo-se os efeitos ao cargo de Membro do Comitê de Governança e Indicação.

COMITÊ DE AUDITORIA

Rogério Paulo Calderón Peres - Coordenador
Cristina Anne Betts - Conselheira
Alvir Alberto Hoffmann - Membro Externo
Carlos Alberto Rebello Sobrinho - Membro Externo

COMITÊ DE GOVERNANÇA E INDICAÇÃO

Claudia Farkouh Prado - Coordenadora
Ana Carla Abrão Costa (*) - Conselheira Independente
Antonio Carlos Quintella - Conselheiro independente
Guilherme Affonso Ferreira - Conselheiro independente

(*) Em 21 de dezembro de 2021, foi acolhido o pedido da Sra. Ana Carla Abrão Costa de ausência temporária dos cargos de Membro e Vice-Presidente do Conselho de Administração, estendendo-se os efeitos ao cargo de Membro do Comitê de Governança e Indicação.

CONTADOR



operacional dos principais controles relacionados ao cálculo e chamada de margem. Considerando a metodologia utilizada pela B3, efetuamos recálculo independente da margem requerida em determinados cenários e períodos, e também recalculamos a alocação de garantias. Analisamos a reconciliação das informações divulgadas nas notas explicativas com os relatórios dos sistemas operacionais em 31 de dezembro de 2021, além de verificar os extratos de custódia de uma amostra de ativos e efetuar a confirmação externa, por meio amostral, das posições depositadas como garantias junto aos participantes do mercado. Envolvermos nossos profissionais especializados em gestão de riscos e controles na execução desses procedimentos. Os resultados de nossos procedimentos de auditoria sobre o teste das garantias depositadas pelos participantes do mercado foram consistentes com os avaliados e divulgados pela diretoria, conforme nota explicativa 14 as demonstrações financeiras, e foram considerados apropriados na formação da opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas como um todo. 3. **Testes dos valores recuperáveis dos ágios da Bovespa Holding S.A. e CETIP S.A. - Mercados Organizados:** A Companhia possui R\$ 22.338.799 mil registrados em seu balanço patrimonial referentes aos ágios gerados nas aquisições da Bovespa Holding S.A. e da CETIP S.A. - Mercados Organizados. A avaliação do valor recuperável do ágio envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto. Devido à relevância dos valores envolvidos, eventuais distorções na determinação dos valores recuperáveis dos ágios registrados podem resultar em impacto relevante nas demonstrações financeiras. Dessa forma, esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria. *Como nossa auditoria tratou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise da metodologia e dos modelos utilizados pela diretoria na avaliação dos ágios, incluindo a definição das premissas que suportam as projeções dos fluxos de caixa consideradas nos testes dos valores recuperáveis desses ativos. Avaliamos a consistência dos dados utilizados em comparação às perspectivas de mercado. Realizamos um cálculo independente da taxa de desconto, utilizando nossas premissas de prêmio de mercado, beta de empresas comparáveis e risco país, entre outros. Envolvermos nossos profissionais de *valuation* nestes procedimentos. Comparamos a assertividade de projeções realizada pela diretoria em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela B3. Analisamos o comportamento das principais premissas adotadas diante de cenários de estresse, de forma a antecipar sensibilidades da metodologia, bem como a análise feita pela Companhia dos impactos gerados pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão do Covid-19 em suas projeções de resultados futuros. Comparamos, também, o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados por unidade geradora de caixa com o respectivo valor contábil do ágio e avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras. Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados em relação aos testes dos valores recuperáveis dos ágios, preparados pela diretoria da Companhia, e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossas análises de sensibilidade, consideramos que as avaliações dos valores recuperáveis dos ágios, preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são apropriadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. 4. **Divulgação e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:** Conforme mencionado na nota explicativa 11, a B3 e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lei, assim como por parte da administração da B3, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados à existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria. *Como nossa auditoria tratou o assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos da Companhia para 31 de dezembro de 2021 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e avaliamos os prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Nós envolvermos nossos profissionais de Impostos na execução desses procedimentos. Analisamos também as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, atuações e discussões das quais a Companhia é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 11 às demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, consideramos apropriadas as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NQC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de

Presidentes e Diretores e suas respectivas equipes para discutir as estruturas, o funcionamento das respectivas áreas, seus processos de trabalho, eventuais deficiências nos sistemas de controles e planos de melhorias. Dentre as matérias que demandaram mais atenção do Comitê, destacam-se: **• TI e segurança da informação** - Durante o ano de 2021, o Comitê de Auditoria continuou a acompanhar prioritariamente o progresso nos processos e controles de Tecnologia da Informação e os planos de ação de longo e médio prazo. Com a Diretoria de Auditoria, o Comitê discutiu questões referentes a Controles Gerais de Tecnologia da Informação, incluindo os aspectos de segurança, incidentes e capacidade da infraestrutura e de sistemas. O Comitê foi informado sobre os resultados dos testes de continuidade de negócios realizados durante o ano de 2021 e acompanhados pela Auditoria Interna, que apresentaram resultados satisfatórios. **• Contingências** - Foram analisados e discutidos com a Diretoria Jurídica, com a participação da Vice-Presidência Financeira, Corporativa e de Relações com Investidores, dos Auditores Independentes e de advogados externos responsáveis, os principais processos administrativos e judiciais e os respectivos julgamentos e reclassificações exercidas em relação às probabilidades de êxito. **• Demonstrações Financeiras e Relatórios** - Com a Vice-Presidência Financeira, Corporativa e de Relações com Investidores e os Auditores Independentes e, quando aplicável, com os consultores externos especializados, foram discutidos aspectos relevantes relacionados à elaboração das demonstrações financeiras, incluindo a avaliação dos ágios na Bovespa Holding, na Unidade de Títulos e Valores Mobiliários (UTVM), na Unidade de Infraestrutura para Financiamento (UIF) e na Portal de Documentos. **• Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLDFT)** - Com a Vice-Presidência de Operações - Emissores, Depositária e Balcão foram discutidos os aspectos relacionados à estrutura existente para realizar a gestão de risco relacionado a PLDFT, incluindo as questões relativas à governança, monitoramento e integração das atividades das companhias. **• Lei Anticorrupção** - Com a Diretoria Executiva de Governança e Gestão Integrada, foram discutidos os aspectos relacionados à Lei Anticorrupção, principalmente os resultados dos controles aplicados pela B3 para cumprimento de referida regulação. **• Recursos Humanos** - Com a Diretoria Executiva de Pessoas, Marca e *Marketing*, foram discutidos assuntos relacionados à remuneração e aos benefícios da Administração, assim como a avaliação do Diretor de Auditoria. **• Reguladores** - Além do trabalho de acompanhamento ordinário do relacionamento entre a B3 e seus reguladores, o Comitê de Auditoria participou das inspeções do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários para avaliar o nível de aderência das infraestruturas de mercado operadas pela B3 aos Princípios para Infraestruturas de Mercado (PFMI). **Compliance, Controles Internos e Riscos Corporativos:** A Diretoria Executiva de Governança e Gestão Integrada apresentou os trabalhos efetuados para conformidade com leis, normas e regulamentos locais. O Comitê avaliou os procedimentos adotados e entendeu que os mesmos são adequados. O Comitê apreciou o Relatório de Riscos Corporativos que atende aos requerimentos da Instrução CVM 461/07 e o Relatório de Controles Internos preparado nos moldes do art. 3º da



O Conselho Fiscal da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício aprovados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício em reuniões com a administração, auditores externos e Comitê de Auditoria e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., e tendo apreciado o estudo de Realização do Ativo Fiscal Diferido registrado nas demonstrações financeiras, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. São Paulo, 17 de março de 2022. **Maurício de Souza** - Coordenador; **Angela Aparecida Seixas**; **André Coji**; **Gilberto Lourenço da Aparecida**; **Maria Elena Cardoso Figueira**; **Maria Paula Soares Aranha**.

COMITÊ DE PRODUTOS E DE PRECIFICAÇÃO

Guilherme Afonso Ferreira - Coordenador	João Vítor Nazareth M.T. De Souza Conselheiro Independente
Florian Bartunek - Conselheiro Independente	Maurício Machado de Minas Conselheiro Independente
Eric André Altamir - Membro Externo	Pedro Paulo Giubbina Lorenzini Conselheiro Independente
Luiz Fernando Figueiredo - Membro Externo	
Luiz Masação Ribeiro Filho - Membro Externo	
Marcelo Fidencio Giuridra - Membro Externo	
Renato Monteiro dos Santos - Membro Externo	
Roberto de Jesus Paris - Membro Externo	

COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO

Antonio Carlos Quintella - Coordenador
Claudia Farkouh Prado - Conselheira Independente
Florian Bartunek - Conselheiro Independente
Guilherme Afonso Ferreira - Coordenador
Florian Bartunek - Conselheiro Independente
Eric André Altamir - Membro Externo
Luiz Fernando Figueiredo - Membro Externo
Luiz Masação Ribeiro Filho - Membro Externo
Marcelo Fidencio Giuridra - Membro Externo
Renato Monteiro dos Santos - Membro Externo
Roberto de Jesus Paris - Membro Externo

COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO

Antonio Carlos Quintella - Coordenador
Claudia Farkouh Prado - Conselheira Independente
Florian Bartunek - Conselheiro Independente

auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles incumbidos pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da Companhia e suas controladas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **➢** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejar-mos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **➢** Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar-mos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. **➢** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. **➢** Concluirmos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **➢** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. **➢** Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 17 de março de 2022.

	ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6	Flávio Serpejante Peppe Contador CRC-1SP172167/O-6
--	---	--

Resolução CMN 2.554/98. Com periodicidade regular, o Comitê recebe um resumo das comunicações encaminhadas pelas Agências Reguladoras e pelo Poder Judiciário, relativas a questões que estejam no escopo do Comitê, e avalia o tratamento conferido a tais comunicações. O Comitê de Auditoria é de opinião que os procedimentos adotados para a manutenção da eficácia dos processos de controles internos e de gestão de riscos são adequados. **Auditoria Independente:** O Comitê de Auditoria reuniu-se com os Auditores Independentes (EY Auditores Independentes) para obter informações sobre a política de manutenção da independência na execução dos trabalhos e decidir sobre a inexistência de conflitos de interesse em outros trabalhos, que não os de auditoria das demonstrações financeiras, a eles solicitados eventualmente pela Diretoria Colegiada. Foram, ademais, discutidos: a análise de risco de auditoria efetuada pela EY, o planejamento dos trabalhos visando estabelecer a natureza, a época e a extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados, os possíveis pontos de atenção identificados e como seriam auditados. Adicionalmente, foram discutidos os resultados das auditorias efetuadas pela EY nos valores de TI, Risco de Contraparte Central, contingências e ágios da Bovespa Holding S.A., da Unidade de Títulos e Valores Mobiliários (UTVM), da Unidade de Infraestrutura para Financiamento (UIF) e da Portal de Documentos, que foram abordados em Relatório dos Auditores Independentes. Ao término dos trabalhos de cada revisão especial das Informações Trimestrais (TR) ao longo de 2021, foram discutidas as principais conclusões dos auditores. No início dos trabalhos preliminares e finais da auditoria de 31/12/2021, foram rediscutidos, em reuniões específicas, as áreas de risco de auditoria, os procedimentos respectivos e as principais conclusões. Todos os temas considerados relevantes foram abordados com o intuito de se avaliar os riscos potenciais envolvendo as demonstrações financeiras e a mitigação de tais riscos mediante procedimentos de auditoria e controle. O Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Independente com conclusão satisfatória, inclusive com relação a sua independência. **Auditoria Interna:** O Comitê de Auditoria faz a supervisão técnica da Auditoria Interna. Em 2021, aprovou o Plano Anual de Auditoria Interna e seus remanejamentos e fez acompanhamento periódico de sua execução. Os relatórios de auditoria foram apresentados e discutidos com o Comitê, que considera satisfatórios o escopo, a metodologia e os resultados dos trabalhos realizados. O Comitê de Auditoria mantém acompanhamento dos planos de ação decorrentes dos pontos de auditoria levantados em todas as áreas auditadas. O Comitê procedeu à avaliação formal da Auditoria Interna, com conclusão satisfatória. **Conclusão:** O Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que chegaram ao seu conhecimento, com base nos trabalhos efetuados e descritos neste relatório, estão adequadamente apresentados no Relatório da Administração e nas demonstrações financeiras auditadas relativas a 31 de dezembro de 2021, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração. São Paulo, 17 de março de 2022. **Rogério Paulo Calderón Peres** - Coordenador do Comitê e Especialista Financeiro; **Alvir Alberto Hoffmann**; **Carlos Alberto Rebello Sobrinho**; **Cristina Anne Betts** - Representante do Conselho de Administração da B3 S.A.



O Conselho Fiscal da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício aprovados pelo Conselho de Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício em reuniões com a administração, auditores externos e Comitê de Auditoria e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes - ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., e tendo apreciado o estudo de Realização do Ativo Fiscal Diferido registrado nas demonstrações financeiras, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas. São Paulo, 17 de março de 2022. **Maurício de Souza** - Coordenador; **Angela Aparecida Seixas**; **André Coji**; **Gilberto Lourenço da Aparecida**; **Maria Elena Cardoso Figueira**; **Maria Paula Soares Aranha**.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Maurício de Souza - Coordenador
Angela Aparecida Seixas - Membro Efetivo
André Coji - Membro Efetivo
Gilberto Lourenço da Aparecida - Membro Suplente
Maria Elena Cardoso Figueira - Membro Suplente
Maria Paula Soares Aranha - Membro Suplente

COMITÊ DE RISCOS E FINANCEIRO

Eduardo Mazzilli de Vassimon - Coordenador
Alberto Monteiro de Queiroz - Conselheiro Independente
Antonio Carlos Quintella - Conselheiro Independente
Maurício Machado de Minas - Conselheiro Independente
Pedro Paulo G. Lorenzini - Conselheiro Independente
Cicero Augusto Vieira Neto - Membro Externo

DIRETORIA COLEGIADA

Gilson Finkelsztain - Presidente
Viviane El Banate Basso - Vice-Presidente de Operações - Emissores, Depositária e Balcão
Mario Rodrigo Leitcke Palhares - Vice-Presidente de Operações - Negociação Eletrônica e Contraparte Central
Daniel Sonder - Vice-Presidente Financeiro, Corporativo e de Relações com Investidores
José Ribeiro de Andrade - Vice-Presidente de Produtos e Clientes
Rodrigo Antonio Nardoni Gonçalves - Vice-Presidente de Tecnologia e Segurança Cibernética
Marcos Vanderlei Belini Ferreira - Vice-Presidente da Unidade de Infraestrutura para Financiamentos
Ana Christina Buchaim Gagliardi - Diretora Executiva de Pessoas, Marca, Comunicação e Sustentabilidade
Eduardo Lopes Farias - Diretor Executivo de Governança e Gestão Integrada
Luis Sergio Kondic Alves Lima - Diretor Executivo de Produtos

